

SUMÁRIO

Parte I

Teoria Geral do Direito Penal

1.	DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	3
1.1.	Conceito de Direito Penal	3
1.2.	Alocação na Teoria Geral do Direito	4
1.3.	Nomenclatura	4
1.4.	Características do Direito Penal	4
1.5.	Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal	5
1.6.	Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito	6
1.6.1.	Com o Direito Processual Penal	6
1.6.2.	Com o Direito Constitucional	7
1.6.3.	Com o Direito Administrativo	7
1.6.4.	Com o Direito Civil	8
1.6.5.	Com o Direito Internacional	8
1.7.	Funções do Direito Penal	9
1.7.1.	Direito Penal como proteção de bens jurídicos	9
1.7.2.	Direito Penal como instrumento de controle social	10
1.7.3.	Direito Penal como garantia	10
1.7.4.	Função ético-social do Direito Penal	10
1.7.5.	Função simbólica do Direito Penal	11
1.7.6.	Função motivadora do Direito Penal	11
1.7.7.	Função de redução da violência estatal	11

1.7.8.	Função promocional do Direito Penal	12
1.8.	A ciência do Direito Penal	12
1.8.1.	Introdução	12
1.8.2.	Dogmática penal	12
1.8.3.	Política criminal	13
1.8.4.	Criminologia	13
1.9.	Divisões do Direito Penal	14
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário	14
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário	15
1.9.3.	Direito Penal comum	15
1.9.4.	Direito Penal especial	15
1.9.5.	Direito Penal geral	15
1.9.6.	Direito Penal local	15
1.9.7.	Direito Penal objetivo	15
1.9.8.	Direito Penal subjetivo	16
1.9.9.	Direito Penal material	16
1.9.10.	Direito Penal formal	16
1.10.	Fontes do Direito Penal	16
1.10.1.	Introdução	16
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção	16
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento	17
1.10.3.1.	Fontes formais mediatas	17
1.11.	Questões	19
2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	21
2.1.	Conceito	21
2.2.	Princípios em espécie	22
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade	22
2.2.1.1	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização	24
2.2.2.	Princípio da anterioridade	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela	25
2.2.3.1.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial	34
2.2.3.2.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria	35
2.2.4.	Princípio da individualização da pena	36

2.2.5.	Princípio da alteridade	37
2.2.6.	Princípio da confiança	37
2.2.7.	Princípio da adequação social	38
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima	38
2.2.9.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal	39
2.2.10.	Princípio da subsidiariedade	41
2.2.11.	Princípio da proporcionalidade	42
2.2.12.	Princípio da humanidade	44
2.2.13.	Princípio da ofensividade ou da lesividade	44
2.2.14.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico	45
2.2.14.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal	45
2.2.14.2.	A espiritualização (desmaterialização ou lique- fação) de bens jurídicos no Direito Penal	46
2.2.15.	Princípio da imputação pessoal	46
2.2.16.	Princípio da responsabilidade pelo fato	46
2.2.17.	Princípio da personalidade ou da intranscendência	47
2.2.18.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva	47
2.2.19.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	48
2.2.20.	Princípio da isonomia	49
2.3.	Questões	49
3.	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	53
3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos	53
3.1.1.	Introdução	53
3.1.2.	Vingança divina	54
3.1.3.	Vingança privada	55
3.1.4.	Vingança pública	56
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano	57
3.2.1.	Direito Penal grego	57
3.2.2.	Direito Penal romano	58
3.3.	Idade Média	59
3.3.1.	Direito Penal germânico	59
3.3.2.	Direito Penal canônico	60
3.4.	Idade Moderna	62
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria	62

4.	A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO	65
4.1.	Período Colonial	65
4.2.	Código Criminal do Império	66
4.3.	Período Republicano	67
5.	ESCOLAS PENAIS	69
5.1.	Escola Clássica	69
5.2.	Escola Positiva	70
5.3.	Correcionalismo Penal	72
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal	73
5.5.	A defesa social	75
5.6.	Questão	77
6.	A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL	79
6.1.	Positivismo jurídico	79
6.2.	Neokantismo penal	80
6.3.	Garantismo penal	81
6.4.	Funcionalismo penal	82
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique	83
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bohn	84
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna	85
6.5.1.	Introdução	85
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção	87
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal	90
6.5.4.	Direito Penal do inimigo	92
6.5.4.1.	Noções preliminares	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo	94
6.5.5.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade	96
6.6.	Questões	98
7.	LEI PENAL	101
7.1.	Introdução	101
7.2.	Classificação	102

7.3. Características da lei penal	103
7.4. Lei penal em branco	104
7.5. Interpretação da lei penal	105
7.5.1. Introdução	105
7.5.2. Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária	106
7.5.3. Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica	106
7.5.4. Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva ..	107
7.5.5. Interpretação progressiva	107
7.5.6. Interpretação analógica	107
7.6. Analogia	108
7.6.1. Introdução	108
7.6.2. Espécies	108
7.7. Lei penal no tempo	110
7.7.1. Introdução	110
7.7.2. Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo	111
7.7.2.1. <i>Novatio legis</i> incriminadora	111
7.7.2.2. Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i>	112
7.7.2.3. <i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica	112
7.7.2.4. Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>)	116
7.7.2.5. Lei penal intermediária	118
7.7.3. Lei penal temporária e lei penal excepcional	118
7.7.4. As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo	120
7.8. Conflito aparente de leis penais	122
7.8.1. Conceito	122
7.8.2. Requisitos	122
7.8.3. Localização no Direito Penal	122
7.8.4. Finalidade	123
7.8.5. Diferença com o concurso de crimes	124
7.8.6. Diferença com o conflito de leis penais no tempo	124
7.8.7. Princípios para solução do conflito	124
7.8.7.1. Princípio da especialidade	125
7.8.7.2. Princípio da subsidiariedade	128
7.8.7.3. Princípio da consunção ou da absorção	129
7.8.8. Ausência de previsão legal	138
7.9. Tempo do crime	138

7.10. Lei penal no espaço	140
7.10.1. Introdução	140
7.10.2. Princípio da territorialidade	141
7.10.2.1. Conceito de território	141
7.10.2.2. Território brasileiro por extensão	142
7.10.3. Outros princípios	142
7.10.3.1. Princípio da personalidade ou da nacionalidade	142
7.10.3.2. Princípio do domicílio	143
7.10.3.3. Princípio da defesa, real ou da proteção	143
7.10.3.4. Princípio da justiça universal	144
7.10.3.5. Princípio da representação	144
7.11. Lugar do crime	144
7.11.1. Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses	145
7.12. Extraterritorialidade	146
7.12.1. Introdução	146
7.12.2. Extraterritorialidade incondicionada	147
7.12.2.1. Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ...	147
7.12.2.2. Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura	148
7.12.3. Extraterritorialidade condicionada	148
7.13. Lei penal em relação às pessoas	149
7.13.1. Introdução	149
7.13.2. Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros	150
7.13.3. Imunidades parlamentares	151
7.13.3.1. Alocação	151
7.13.3.2. Introdução	151
7.13.3.3. Conceito e finalidade	152
7.13.3.4. Imunidade material ou inviolabilidade	152
7.13.3.5. Imunidade formal	154
7.13.3.6. Pessoas abrangidas pela imunidade	157
7.13.3.7. Suspensão e renúncia da imunidade	157
7.13.3.8. Imunidades e estado de sítio	158
7.14. Disposições finais acerca da aplicação da lei penal	159
7.14.1. Introdução	159

7.14.2. Eficácia da sentença estrangeira	159
7.14.3. Contagem de prazo	160
7.14.4. Frações não computáveis da pena	162
7.14.5. Legislação especial	163
7.15. Questões	163

Parte II

Teoria Geral do Crime

8. CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	169
8.1. Conceito de crime	169
8.1.1. Critério material ou substancial	169
8.1.2. Critério legal	170
8.1.2.1. Crime e contravenção penal: outras distinções ..	172
8.1.2.2. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas	173
8.1.3. Critério analítico	175
8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal	177
8.2. Ilícito penal e outros ilícitos	178
8.3. Sujeitos do crime	178
8.3.1. Sujeito ativo	178
8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes .	179
8.3.2. Sujeito passivo	182
8.4. Objeto do crime	184
8.5. Questões	184
9. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	187
9.1. Introdução	187
9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	187
9.1.2. Crimes simples e complexos	189
9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta	189
9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo	190
9.1.5. Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos	191
9.1.6. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla suje- tividade passiva	192
9.1.7. Crimes de dano e de perigo	192



9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	193
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista	194
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada	196
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos	196
9.1.12.	Crimes principais e acessórios	197
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes	197
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito	197
9.1.15.	Crimes independentes e conexos	198
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados	198
9.1.17.	Outras classificações	199
9.1.17.1.	Crime gratuito	199
9.1.17.2.	Crime de ímpeto	199
9.1.17.3.	Crime exaurido	199
9.1.17.4.	Crime de circulação	199
9.1.17.5.	Crime de atentado ou de empreendimento	199
9.1.17.6.	Crime de opinião ou de palavra	200
9.1.17.7.	Crime multitudinário	200
9.1.17.8.	Crime vago	200
9.1.17.9.	Crime internacional	200
9.1.17.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição	200
9.1.17.11.	Crime inominado	201
9.1.17.12.	Crime habitual	201
9.1.17.13.	Crime profissional	201
9.1.17.14.	Quase-crime	201
9.1.17.15.	Crime subsidiário	201
9.1.17.16.	Crime hediondo	201
9.1.17.17.	Crime de expressão	202
9.1.17.18.	Crime de intenção	202
9.1.17.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal	202
9.1.17.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos	202
9.1.17.21.	Crime de ação violenta	202
9.1.17.22.	Crime de ação astuciosa	203
9.1.17.23.	Crime falho	203
9.1.17.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto	203
9.1.17.25.	Crime remetido	203

9.1.17.26. Crimes de responsabilidade	203
9.1.17.27. Crime obstáculo	204
9.1.17.28. Crime progressivo	204
9.1.17.29. Progressão criminosa	204
9.1.17.30. Crimes de impressão	204
9.1.17.31. Crimes militares	204
9.1.17.32. Crimes falimentares	205
9.1.17.33. Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i>	205
9.1.17.34. Crimes parcelares	205
9.1.17.35. Crimes de hermenêutica	206
9.2. Questões	206
10. FATO TÍPICO	209
10.1. Introdução	209
10.2. Conduta	210
10.2.1. Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal	211
10.2.2. Teoria final ou finalista	213
10.2.3. Teoria cibernética	214
10.2.4. Teoria social	215
10.2.5. Teoria jurídico-penal	216
10.2.6. Apontamentos gerais sobre a conduta	216
10.2.7. Formas de conduta	217
10.2.8. Teorias acerca da omissão	218
10.2.9. Caracteres da conduta	218
10.2.10. Exclusão da conduta	219
10.3. Resultado	220
10.3.1. Conceito	220
10.3.2. Denominação	220
10.3.3. Espécies	221
10.4. Relação de causalidade ou nexa causal	221
10.4.1. Denominação	221
10.4.2. Dispositivo legal	222
10.4.3. Conceito	222
10.4.4. Âmbito de aplicação	222
10.4.5. Teorias	222
10.4.5.1. Teorias adotadas pelo Código Penal	223
10.4.6. Concausas	225

10.4.6.1. Introdução	225
10.4.6.2. Causas dependentes e independentes	225
10.4.7. Relevância da omissão	230
10.4.7.1. Conceito e alcance	230
10.4.7.2. Teoria adotada	231
10.4.7.3. Dever de agir: critérios existentes para sua definição	231
10.4.7.4. Poder de agir	232
10.4.7.5. Hipóteses de dever de agir	233
10.4.8. A questão da dupla causalidade	235
10.4.9. Teoria da imputação objetiva	235
10.4.9.1. Evolução histórica	235
10.4.9.2. Introdução	236
10.4.9.3. Conceito e análise dos pressupostos	237
10.4.9.4. A imputação objetiva para Jakobs e Roxin	242
10.4.9.5. Conclusões	243
10.5. Tipicidade	243
10.5.1. Conceito	243
10.5.2. Evolução doutrinária	244
10.5.2.1. Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal	245
10.5.3. Teoria dos elementos negativos do tipo	246
10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante	246
10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies	248
10.6. Questões	249
II. TEORIA DO TIPO	253
11.1. Conceito	253
11.2. Espécies	253
11.3. Tipo legal	254
11.4. Funções do tipo legal	254
11.4.1. Função de garantia	254
11.4.2. Função fundamentadora	255
11.4.3. Função indiciária da ilicitude	255
11.4.4. Função diferenciadora do erro	256
11.4.5. Função seletiva	256
11.5. Estrutura do tipo legal	256

11.5.1. Elementos modais	258
11.6. Classificação doutrinária do tipo legal	259
11.6.1. Tipo normal e tipo anormal	259
11.6.2. Tipo fundamental e tipo derivado	259
11.6.3. Tipo fechado e tipo aberto	259
11.6.4. Tipo de autor e tipo de fato	260
11.6.5. Tipo simples e tipo misto	260
11.6.6. Tipo congruente e tipo incongruente	261
11.6.7. Tipo complexo	261
11.7. Questões	261
12. CRIME DOLOSO	263
12.1. Introdução	263
12.2. Teorias do dolo	263
12.2.1. Teorias adotadas pelo Código Penal	264
12.3. Elementos do dolo	264
12.4. Dolo natural e dolo normativo	265
12.5. Espécies de dolo	266
12.5.1. Dolo direto e dolo indireto	266
12.5.1.1. Dolo eventual e os crimes de trânsito	268
12.5.2. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	269
12.5.3. Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino)	269
12.5.4. Dolo genérico e dolo específico	269
12.5.5. Dolo presumido	270
12.5.6. Dolo de dano e dolo de perigo	270
12.5.7. Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau	270
12.5.8. Dolo geral, por erro sucessivo, <i>dolus generalis</i> ou <i>aberratio causae</i>	271
12.5.9. Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente	272
12.6. O dolo nas contravenções penais	273
12.7. Questões	274
13. CRIME CULPOSO	275
13.1. Introdução	275
13.2. Fundamento da punibilidade da culpa	276
13.3. Conceito de crime culposo	277
13.4. Elementos do crime culposo	277

13.4.1. Conduta voluntária	278
13.4.2. Violação do dever objetivo de cuidado	278
13.4.2.1. Apontamentos gerais	278
13.4.2.2. Modalidades de culpa	279
13.4.3. Resultado naturalístico involuntário	281
13.4.4. Nexo causal	281
13.4.5. Tipicidade	282
13.4.6. Previsibilidade objetiva	282
13.4.7. Ausência de previsão	284
13.5. Espécies de culpa	284
13.5.1. Culpa inconsciente e culpa consciente	284
13.5.2. Culpa própria e culpa imprópria	285
13.5.3. Culpa mediata ou indireta	286
13.5.4. Culpa presumida	287
13.6. Graus de culpa	287
13.7. Compensação de culpas	288
13.8. Concorrência de culpas	289
13.9. Caráter excepcional do crime culposos	289
13.10. Exclusão da culpa	290
13.11. Questões	291
14. CRIME PRETERDOLOSO	293
14.1. Conceito	293
14.2. Relação entre dolo e culpa	294
14.3. <i>Versari in re illicita</i>	294
14.4. Crimes qualificados pelo resultado	294
14.5. Questão	296
15. ERRO DE TIPO	299
15.1. Introdução	299
15.2. Previsão legal	299
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento	300
15.4. Conceito	300
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios	301
15.5. Espécies	301
15.6. Efeitos	301

15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo	302
15.8. Descriminantes putativas	303
15.9. Erro determinado por terceiro	305
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas ...	306
15.10. Erro de tipo acidental	307
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i>	307
15.10.2. Erro sobre o objeto	308
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras	308
15.10.4. Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i>	308
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i>	309
15.10.5.1. Espécies de erro na execução	310
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>	311
15.10.6.1. Espécies	312
15.11. Gráfico conclusivo	312
15.12. Questões	313
16. <i>ITER CRIMINIS</i>	315
16.1. Conceito	315
16.2. Fase interna: cogitação	316
16.3. Fase externa	316
16.3.1. Preparação	316
16.3.2. Fase externa: execução	317
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executó- rios	318
16.3.4. Fase externa: consumação	320
16.4. O exaurimento	321
16.5. Questão	321
17. TENTATIVA	323
17.1. Dispositivo legal	323
17.2. Conceito	323
17.3. Denominação	324
17.4. Elementos	324
17.5. Natureza jurídica	324
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa	325
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal	326

17.7.1. Critério para diminuição da pena	326
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais....	327
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar.....	328
17.10. Espécies de tentativa	328
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta	328
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha	328
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho	328
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita	329
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto	329
17.12. Tentativa e dolo eventual	330
17.13. Inadmissibilidade da tentativa	330
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada	334
17.15. Questões	334
18. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	337
18.1. Dispositivo legal	337
18.2. Distinção com a tentativa	337
18.3. Fundamento	337
18.4. Natureza jurídica	338
18.5. Desistência voluntária	338
18.6. Arrependimento eficaz	339
18.7. Requisitos	340
18.8. Motivos	340
18.9. Efeito	341
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos	341
18.11. Adiamento da prática do crime	341
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	342
18.13. Tentativa qualificada	342
18.14. Questões	343
19. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	345
19.1. Conceito	345
19.2. Alocação do instituto	345
19.3. Natureza jurídica	346

19.4. Extensão do benefício	346
19.5. Fundamentos	346
19.6. Requisitos	347
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas	348
19.8. Critério para redução da pena	348
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a resti- tuição da coisa	349
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano	349
19.10.1. Peculato culposo	349
19.10.2. Juizados Especiais Criminais	350
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária	350
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal	350
19.11. Questões	351
20. CRIME IMPOSSÍVEL	353
20.1. Conceito	353
20.2. Natureza jurídica	353
20.3. Teorias sobre o crime impossível	354
20.4. Espécies de crime impossível	356
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta	357
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível	358
20.7. Crime putativo e crime impossível	359
20.7.1. Conceito de crime putativo	359
20.7.2. Espécies de crime putativo	359
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo	361
20.8. Questões	362
21. ILICITUDE	365
21.1. Conceito	365
21.2. Ilicitude formal e ilicitude material	365
21.3. Concepção unitária	366
21.4. Terminologia	366
21.5. Ilícito e injusto	367
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica	368
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva	369

21.8. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal	369
21.9. Causas de exclusão da ilicitude	370
21.9.1. Introdução	370
21.9.2. Nomenclatura	370
21.9.3. Previsão legal	371
21.9.4. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude	371
21.9.5. Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais ..	373
21.9.6. Causas supralegais de exclusão da ilicitude	373
21.9.6.1. Consentimento do ofendido	374
21.9.7. Visão geral	378
21.10. Questões	378
22. ESTADO DE NECESSIDADE	381
22.1. Dispositivo legal	381
22.2. Conceito	381
22.3. Natureza jurídica	382
22.4. Teorias	383
22.5. Requisitos	384
22.5.1. Situação de necessidade	385
22.5.1.1. Perigo atual	385
22.5.1.2. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente	385
22.5.1.3. Ameaça a direito próprio ou alheio	387
22.5.1.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo ...	388
22.5.2. Fato necessitado	389
22.5.2.1. Inevitabilidade do perigo por outro modo	389
22.5.2.2. Proporcionalidade	390
22.6. Causa de diminuição da pena	390
22.7. Espécies de estado de necessidade	390
22.7.1. Quanto ao bem sacrificado	390
22.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado	391
22.7.3. Quanto à origem da situação de perigo	391
22.7.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente	391
22.8. Estado de necessidade recíproco	392
22.9. Casos específicos de estado de necessidade	392

22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade	393
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais	393
22.12. Estado de necessidade e erro na execução	393
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	394
22.14. Questões	394
23. LEGÍTIMA DEFESA	397
23.1. Fundamento	397
23.2. Dispositivo legal	398
23.3. Natureza jurídica e conceito	398
23.4. Requisitos legais	398
23.4.1. Agressão injusta	399
23.4.2. Agressão atual ou iminente	400
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio	400
23.4.4. Reação com os meios necessários	401
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários	403
23.5. Legítima defesa e vingança	403
23.6. Desafio e legítima defesa	404
23.7. Espécies de legítima defesa	404
23.7.1. Quanto à forma de reação	404
23.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido	404
23.7.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende	404
23.7.4. Legítima defesa da honra	405
23.7.5. Legítima defesa presumida	406
23.7.6. Legítima defesa sucessiva	407
23.8. Legítima defesa contra a multidão	407
23.9. Legítima defesa contra pessoa jurídica	407
23.10. Legítima defesa nas relações familiares	407
23.11. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	408
23.12. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido	408
23.13. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa	409
23.14. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessi- dade	409
23.15. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibili- dade	410
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibili- dade	411

23.17. Legítima defesa e desobediência civil: distinção	412
23.18. Questões	412
24. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	415
24.1. Dispositivo legal	415
24.2. Natureza jurídica	415
24.3. Conceito	415
24.4. Fundamento	416
24.5. Dever legal	416
24.6. Destinatários da excludente	417
24.7. Limites da excludente	417
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos	417
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude	418
24.10. Questões	418
25. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	419
25.1. Dispositivo legal	419
25.2. Natureza jurídica	419
25.3. Conceito	419
25.4. Limites da excludente	420
25.5. Costumes	421
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito	422
25.7. Lesões em atividades esportivas	422
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas	422
25.9. Ofendículas	423
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade	424
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas	424
25.12. Questão	425
26. EXCESSO	427
26.1. Introdução	427
26.2. Dispositivo legal e alcance	427
26.3. Conceito	428
26.4. Espécies	428
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante	428

26.4.2. Intensivo e extensivo	429
26.5. Legítima defesa e excesso	430
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso	431
26.7. Questões	432
27. CULPABILIDADE	435
27.1. Introdução	435
27.2. Conceito	436
27.3. Culpabilidade pelo fato	437
27.4. Fundamento da culpabilidade	437
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade	437
27.5.1. Teoria psicológica	437
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa	439
27.5.3. Teoria normativa pura, extrema ou estrita	440
27.5.4. Teoria limitada	441
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal	442
27.7. Teoria funcional da culpabilidade	443
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade	443
27.9. Culpabilidade	444
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material	445
27.11. Graus de culpabilidade	445
27.12. Dirimentos	445
27.13. Questões	446
28. IMPUTABILIDADE PENAL	449
28.1. Introdução	449
28.2. Conceito	450
28.3. Momento para constatação da imputabilidade	450
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da imputabilidade	450
28.5. Causas de imputabilidade	451
28.6. Menoridade	452
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil	452
28.6.2. Redução da maioridade penal	452
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal	453

28.6.4. Menoridade penal e crimes militares	453
28.7. Inimputabilidade por doença mental	453
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez	454
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto	454
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado	454
28.10. A perícia médica	455
28.11. Efeitos da inimputabilidade	456
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita	456
28.12.1. Dispositivo legal	456
28.12.2. Nomenclatura	457
28.12.3. Conceito	457
28.12.4. Sistema adotado	458
28.12.5. Natureza jurídica	458
28.12.6. Efeitos	458
28.13. Emoção e paixão	459
28.13.1. Apontamento histórico	459
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal	459
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções	460
28.13.4. Efeitos	461
28.13.5. Emoção e paixão patológicas	461
28.13.6. Espécies	461
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal	461
28.13.8. A questão do homicídio passional	462
28.14. Embriaguez	463
28.14.1. Conceito	463
28.14.2. Denominação	463
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crôni- co	463
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez	464
28.14.5. Espécies de embriaguez	464
28.14.5.1. Quanto à intensidade	464
28.14.5.2. Quanto à origem	465
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança .	466
28.14.7. Prova da embriaguez	466
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro	466

28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	469
28.15. Questões	472
29. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	475
29.1. Introdução	475
29.2. Evolução	475
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	476
29.4. Exclusão	477
29.4.1. Erro de proibição	477
29.4.1.1. Introdução	477
29.4.1.2. Desconhecimento da lei (" <i>ignorantia legis</i> ") ...	477
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição	478
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável	479
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição	480
29.4.1.6. Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental	481
29.4.1.7. Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição	482
29.4.1.8. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	482
29.4.1.9. O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato	483
29.5. Questões	483
30. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	485
30.1. Conceito	485
30.2. Causas supraleais de exclusão da culpabilidade	486
30.2.1. Origem histórica	486
30.2.2. Situação atual: admissibilidade e fundamentos	486
30.3. Coação moral irresistível	488
30.3.1. Dispositivo legal e incidência	488
30.3.2. Fundamento	488
30.3.3. Requisitos	488
30.3.4. Efeitos	489
30.3.5. Temor reverencial	490
30.4. Obediência hierárquica	491
30.4.1. Dispositivo legal	491

30.4.2. Conceito	491
30.4.3. Fundamentos	491
30.4.4. Requisitos	491
30.4.5. Efeitos	492
30.5. Questões	493
31. CONCURSO DE PESSOAS	495
31.1. Tratamento legislativo	495
31.2. Denominação	495
31.3. Conceito	496
31.4. Requisitos	496
31.4.1. Pluralidade de agentes culpáveis	496
31.4.2. Relevância causal das condutas para a produção do resultado	498
31.4.3. Vínculo subjetivo	498
31.4.4. Unidade de infração penal para todos os agentes	499
31.4.5. Existência de fato punível	501
31.5. Autoria	501
31.5.1. Teorias	501
31.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal	504
31.6. Punibilidade no concurso de pessoas	504
31.7. Cooperação dolosamente distinta	505
31.8. Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação ...	506
31.8.1. Coautoria	506
31.8.1.1. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria	507
31.8.1.2. O executor de reserva	508
31.8.1.3. Coautoria sucessiva	508
31.8.1.4. Coautoria em crimes omissivos	508
31.8.1.5. A autoria mediata	509
31.8.1.6. Autoria por determinação	512
31.8.1.7. Autoria de escritório	513
31.8.2. Participação	513
31.8.2.1. Espécies	514
31.8.2.2. Punição do partícipe: teorias da acessoriedade	516
31.8.2.3. Participação de menor importância	518
31.8.2.4. Participação impunível	519

31.8.2.5. Participação por omissão	520
31.8.2.6. Conivência	520
31.8.2.7. Participação sucessiva	521
31.8.2.8. Participação em cadeia ou participação da participação	521
31.8.2.9. Participação em ação alheia	521
31.9. Circunstâncias incommunicáveis: o art. 30 do Código Penal	522
31.9.1. Distinção entre elementares e circunstâncias	522
31.9.2. Espécies de elementares e de circunstâncias	523
31.9.3. Condições de caráter pessoal	523
31.9.4. As regras do art. 30 do Código Penal	523
31.9.5. Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio	524
31.10. O excesso no mandato criminal	525
31.11. Questões diversas	526
31.11.1. Autoria colateral	526
31.11.2. Autoria incerta	526
31.11.3. Autoria desconhecida	528
31.12. Concurso de pessoas e crimes multitudinários	528
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos	530
31.13.1. Coautoria e crimes culposos	530
31.13.2. Participação e crimes culposos	531
31.14. Questões	531

Parte III

TEORIA GERAL DA PENA

32. PENA: ASPECTOS GERAIS	537
32.1. Sanção penal	537
32.2. Conceito	537
32.3. Princípios	538
32.4. Teorias e finalidades	540
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva	541
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas	542
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção	544
32.5. Função social da pena	545



32.6. Fundamentos da pena	545
32.7. Cominação das penas	546
32.8. Classificação das penas	547
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	547
32.8.2. Quanto ao critério constitucional	548
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal	548
32.9. Abolicionismo penal	549
32.10. Justiça restaurativa	551
32.11. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”)	553
32.12. Questão	554
33. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	557
33.1. Conceito	558
33.2. Espécies	558
33.3. Regimes penitenciários	558
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	558
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados	559
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade	560
33.6. Jurisdicionalização da execução penal	560
33.7. Pena de reclusão	560
33.8. Pena de detenção	562
33.9. Pena de prisão simples	563
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção	563
33.11. Pena privativa de liberdade aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso	564
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória	565
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves	565
33.14. Progressão de regimes	565
33.14.1. Proibição da progressão “por saltos”	567
33.14.2. Progressão e crimes contra a Administração Pública	568
33.14.3. Progressão e crimes hediondos ou equiparados	568
33.14.4. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo e crime comum	571

33.14.5. Progressão e nova condenação	572
33.14.6. Processamento do pedido de progressão	573
33.14.7. Progressão e prática de falta grave	575
33.14.8. Progressão e <i>habeas corpus</i>	576
33.14.9. Progressão e vinculação com o crime organizado	576
33.14.10. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite	576
33.15. Regressão	579
33.15.1. Regressão “por saltos”	582
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória	582
33.15.3. Regressão cautelar	583
33.16. Execução provisória	583
33.16.1. Execução provisória e réu em liberdade	585
33.16.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos	586
33.16.3. Execução provisória e prisão especial	586
33.17. Autorizações de saída	586
33.17.1. Permissão de saída	586
33.17.2. Saída temporária	587
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica	589
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas	589
33.18. Regras do regime fechado	590
33.18.1. Local de cumprimento da pena	592
33.18.2. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	593
33.19. Regras do regime semiaberto	596
33.19.1. Falta de vagas no regime semiaberto	596
33.20. Regras do regime aberto	597
33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade	598
33.20.2. Legislação local	599
33.20.3. Prisão albergue domiciliar	599
33.20.4. Regime aberto e ausência de Casa do Albergado	601
33.20.4.1. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica	602
33.20.5. Regime aberto e crimes militares	602
33.21. Regime especial	603
33.21.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos	603
33.22. Direitos do preso	604

33.22.1. A questão da visita íntima	604
33.22.2. Limitação ao uso de algemas	605
33.23. Trabalho do preso	606
33.24. Legislação especial	607
33.25. Remição	607
33.25.1. Prática de falta grave e perda dos dias remidos	609
33.25.1.1. Perda dos dias remidos e proporcionalidade	610
33.25.2. Ausência de trabalho por inexistência de condições no estabelecimento prisional	611
33.25.3. Estudo e remição	611
33.26. Detração penal	611
33.26.1. Competência para aplicação da detração penal	612
33.26.2. Detração penal e penas restritivas de direitos	612
33.26.3. Detração penal e pena de multa	612
33.26.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade (<i>sursis</i>)	613
33.26.5. Detração penal e prescrição	613
33.26.6. Detração penal e regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	614
33.26.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo ...	614
33.27. Questões	615
34. APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	619
34.1. Conceito	619
34.2. Pressuposto	620
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena	620
34.4. Elementares e circunstâncias	621
34.4.1. Classificação das circunstâncias	622
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena	623
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras	623
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena	623
34.8. O critério trifásico	624
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena-base	626
34.9.1. Culpabilidade	629
34.9.2. Antecedentes	630
34.9.3. Conduta social	631
34.9.4. Personalidade do agente	632

34.9.5. Motivos do crime	632
34.9.6. Circunstâncias do crime	632
34.9.7. Consequências do crime	633
34.9.8. Comportamento da vítima	633
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: agravantes e atenuantes genéricas	633
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP)	636
34.10.1.1. Introdução	636
34.10.1.2. Conceito	637
34.10.1.3. Requisitos	637
34.10.1.4. Natureza jurídica	640
34.10.1.5. Prova da reincidência	640
34.10.1.6. Espécies	641
34.10.1.7. Validade da condenação anterior para fins de reincidência	642
34.10.1.8. Extinção da punibilidade do crime anterior	643
34.10.1.9. Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário	643
34.10.1.10. Efeitos da reincidência	644
34.10.1.11. Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência	645
34.10.1.12. Reincidência e maus antecedentes	646
34.10.2. Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP)	646
34.10.2.1. Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”)	646
34.10.2.2. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”)	647
34.10.2.3. À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”) ..	648
34.10.2.4. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”) .	648
34.10.2.5. Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”)	649
34.10.2.6. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”)	650
34.10.2.7. Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”)	651

34.10.2.8. Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”)	652
34.10.2.9. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”)	652
34.10.2.10. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”)	653
34.10.2.11. Em estado de embriaguez preordenada (alínea “j”)	653
34.10.3. Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP)	653
34.10.3.1. Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	654
34.10.3.2. Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II)	654
34.10.3.3. Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) ..	655
34.10.3.4. Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	655
34.10.4. Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP)	655
34.10.4.1. Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I)	655
34.10.4.2. O desconhecimento da lei (inciso II)	657
34.10.4.3. Ter o agente (inciso III)	657
34.10.4.4. Atenuantes inominadas (art. 66 do CP)	661
34.10.5. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas	662
34.10.5.1. Concurso entre reincidência e confissão espontânea	663
34.11. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de aumento (majorantes) e de diminuição (minorantes)	663
34.12. Questões	665
35. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	669
35.1. Conceito	669
35.2. Espécies	670
35.3. Natureza jurídica	670
35.4. Duração das penas restritivas de direitos	671

35.5. Requisitos	672
35.5.1. Requisitos objetivos	672
35.5.2. Requisitos subjetivos	674
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos ...	675
35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas	676
35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e pena restritiva de direitos	677
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares	677
35.9. Momento da substituição	677
35.10. Regras da substituição	678
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	679
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva	680
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	681
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos	681
35.14. Penas restritivas de direitos em espécie	682
35.14.1. Classificação	682
35.14.2. Prestação pecuniária	682
35.14.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções	685
35.14.3. Perda de bens e valores	685
35.14.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções	686
35.14.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	686
35.14.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade	688
35.14.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados	688
35.14.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais	689
35.14.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade	689
35.14.5. Interdição temporária de direitos	689
35.14.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	690

35.14.5.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	691
35.14.5.3. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo	691
35.14.5.4. Proibição de frequentar determinados lugares	692
35.14.6. Limitação de fim de semana	693
35.15. Questões	694
36. PENA DE MULTA	697
36.1. Conceito	697
36.2. Fundo Penitenciário	697
36.3. Critério adotado para a pena de multa	698
36.4. Aplicação da pena de multa	698
36.5. Valor ineficaz da pena de multa	700
36.6. Multa excessiva	700
36.7. Multa irrisória	700
36.8. Pagamento voluntário da multa	700
36.9. Execução da pena de multa	701
36.10. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa	703
36.11. Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	703
36.12. Multa e correção monetária	704
36.13. Suspensão da execução da multa	704
36.14. Multa substitutiva	704
36.15. Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça	705
36.16. Pena de multa na Lei de Drogas	705
36.17. Pena de multa e violência doméstica e familiar contra a mulher	706
36.18. Questões	707
37. CONCURSO DE CRIMES	709
37.1. Conceito	709
37.2. Espécies	709
37.3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes	710
37.3.1. Sistema do cúmulo material	710
37.3.2. Sistema da exasperação	710

37.3.3. Sistema da absorção	710
37.4. Concurso material	711
37.4.1. Conceito e dispositivo legal	711
37.4.2. Espécies	712
37.4.3. Momento adequado para a soma das penas	712
37.4.4. Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .	712
37.4.5. Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	712
37.4.6. Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos	713
37.4.7. Concurso material de crimes e concessão de fiança	713
37.4.8. Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995)	713
37.5. Concurso formal	713
37.5.1. Conceito e dispositivo legal	713
37.5.2. Espécies	714
37.5.2.1. Homogêneo e heterogêneo	714
37.5.2.2. Perfeito e imperfeito	714
37.5.3. Aplicação da pena no concurso formal	715
37.5.4. Concurso material benéfico	716
37.5.5. Teorias sobre o concurso formal	717
37.6. Crime continuado	717
37.6.1. Conceito e dispositivo legal	717
37.6.2. Origem histórica	718
37.6.3. Natureza jurídica	718
37.6.4. Requisitos do crime continuado	719
37.6.4.1. Pluralidade de condutas	719
37.6.4.2. Pluralidade de crimes da mesma espécie	720
37.6.4.3. Conexão temporal	721
37.6.4.4. Conexão espacial	721
37.6.4.5. Conexão modal	721
37.6.4.6. Conexão ocasional	722
37.6.4.7. Crime continuado e unidade de desígnio	722
37.6.5. Espécies de crime continuado e dosimetria da pena	723
37.6.6. Concurso material benéfico	725
37.6.7. Crime continuado e conflito de leis no tempo	725
37.6.8. Crime continuado e prescrição	725

37.6.9. Crime continuado e suspensão condicional do processo	726
37.6.10. Crime continuado e crime habitual: diferenças	727
37.7. Multa no concurso de crimes	727
37.8. Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes	728
37.8.1. Concurso de crimes moderado ou limitado	728
37.8.2. Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos	728
37.8.3. Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais	729
37.8.4. Concurso entre crimes e contravenções penais	729
37.9. Questões	729
38. LIMITE DAS PENAS	733
38.1. Introdução	733
38.2. Fundamentos	734
38.3. Unificação de penas	734
38.4. Competência para unificação das penas	735
38.5. Nova condenação e unificação das penas	735
38.6. Fuga do réu e cumprimento da pena unificada	736
39. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	737
39.1. Origem histórica	737
39.2. Sistemas	738
39.3. Conceito	738
39.4. Natureza jurídica	739
39.5. Requisitos	739
39.5.1. Requisitos objetivos	740
39.5.2. Requisitos subjetivos	741
39.6. Momento adequado para concessão do <i>sursis</i>	742
39.7. Espécies de <i>sursis</i>	742
39.8. Condições	743
39.9. <i>Sursis</i> incondicionado	743
39.10. Período de prova	744
39.11. Fiscalização das condições impostas durante o período de prova	745
39.12. Revogação	745
39.12.1. Revogação obrigatória	746

39.12.2. Revogação facultativa	747
39.12.3. Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional	748
39.13. Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado	749
39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova	749
39.15. Cassação do <i>sursis</i>	750
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos	750
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos	750
39.18. Prorrogação do período de prova	751
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício	752
39.20. Extinção da pena	752
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados	752
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário	753
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos	754
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	754
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal	754
39.26. <i>Sursis</i> e indulto	755
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário	755
39.28. Questões	756
40. LIVRAMENTO CONDICIONAL	759
40.1. Evolução histórica	759
40.2. Conceito	759
40.3. Natureza jurídica	760
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i>	760
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional	762
40.6. Egresso	762
40.7. Requisitos	762
40.7.1. Requisitos objetivos	762
40.7.2. Requisitos subjetivos	765
40.8. Rito do livramento condicional	768
40.9. Condições	770
40.10. Revogação do livramento condicional	771

40.10.1. Revogação obrigatória	771
40.10.1.1. Inciso I	772
40.10.1.2. Inciso II	773
40.10.2. Revogação facultativa	774
40.11. Suspensão do livramento condicional	775
40.12. Prorrogação do período de prova	776
40.13. Extinção da pena	778
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional	778
40.14.1. Livramento condicional insubsistente	778
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	779
40.14.3. Livramento condicional humanitário	779
40.14.4. Livramento condicional cautelar	779
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário	780
40.15. Questões	781
41. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	783
41.1. Introdução	783
41.2. Pressuposto	783
41.3. Divisão dos efeitos da condenação	784
41.3.1. Efeitos principais	784
41.3.2. Efeitos secundários	784
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal	784
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal pre- vistas no Código Penal	785
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do Código Penal	793
41.4.1. Suspensão dos direitos políticos	793
41.4.2. Perda do mandato do Deputado Federal ou Senador	793
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho	794
41.4.4. Lei de Licitações	794
41.4.5. Lei de Falências	794
41.4.6. Lei de Tortura	795
41.4.7. Lei de Drogas	795
41.4.8. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor	795
41.5. Quadro esquemático	796
41.6. Questões	796

42. REABILITAÇÃO	799
42.1. Conceito	799
42.2. Origem histórica	799
42.3. Natureza jurídica	800
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal	800
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final	800
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único	801
42.4.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	801
42.4.2.2. Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela	802
42.4.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	802
42.5. Reabilitação e reincidência	802
42.6. Pressuposto e requisitos da reabilitação	803
42.6.1. Pressuposto	803
42.6.2. Requisitos	803
42.6.2.1. Requisitos objetivos	803
42.6.2.2. Requisitos subjetivos	805
42.7. Pedido de reabilitação	805
42.8. Revogação da reabilitação	806
42.9. Reabilitação e <i>habeas corpus</i>	806
42.10. Questões	807
43. MEDIDAS DE SEGURANÇA	809
43.1. Conceito	809
43.2. Distinções entre pena e medida de segurança	810
43.3. Princípios das medidas de segurança	811
43.3.1. Legalidade	811
43.3.2. Anterioridade	811
43.3.3. Jurisdicionalidade	811
43.4. Requisitos para aplicação	811
43.5. Conceito de periculosidade	812
43.6. Espécies de periculosidade	812
43.7. Aplicação da medida de segurança	813
43.8. Espécies de medidas de segurança	814
43.9. Prazo mínimo da medida de segurança	815

43.10. Prazo máximo da medida de segurança	815
43.11. Execução das medidas de segurança	817
43.12. Medida de segurança provisória ou preventiva	819
43.13. Conversão do tratamento ambulatorial para internação	820
43.14. Desinternação progressiva	820
43.15. Conversão da pena em medida de segurança	821
43.16. Direitos do internado	822
43.17. Medidas de segurança na Lei de Drogas	823
43.18. Adolescente infrator e medidas de segurança	823
43.19. Questões	824
44. AÇÃO PENAL	827
44.1. Introdução	827
44.2. Conceito	827
44.3. Características	828
44.4. Classificação da ação penal	828
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada	828
44.4.2. Divisão subjetiva	829
44.5. Condições da ação penal	829
44.5.1. Condições genéricas	829
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	829
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir	830
44.5.1.3. Interesse processual	830
44.5.1.4. Justa causa	831
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade ..	832
44.6. Ação penal pública	833
44.6.1. Princípios	833
44.6.2. Ação penal pública incondicionada	835
44.6.3. Ação penal pública condicionada	835
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica	835
44.6.3.2. Representação do ofendido	836
44.7. Ação penal privada	841
44.7.1. Prazo	842
44.7.2. Princípios	842
44.7.3. Espécies	844

44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita	844
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima	844
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública	844
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente	845
44.8. Ação penal nos crimes complexos	846
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual: crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável	846
44.10. Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher	848
44.11. Questões	850
45. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	853
45.1. Introdução	853
45.2. O art. 107 do Código Penal	854
45.3. Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação	855
45.4. Efeitos	855
45.5. Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos	856
45.6. Análise do art. 107 do Código Penal	857
45.6.1. Morte do agente (inciso I)	857
45.6.2. Anistia, graça e indulto (inciso II)	858
45.6.2.1. Anistia	858
45.6.2.2. Graça	860
45.6.2.3. Indulto	861
45.6.3. <i>Abolitio criminis</i> (inciso III)	863
45.6.4. Prescrição, decadência e preempção (inciso IV)	864
45.6.4.1. Prescrição	864
45.6.4.2. Decadência	864
45.6.4.3. Preempção	866
45.6.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V)	868
45.6.5.1. Renúncia ao direito de queixa	868
45.6.5.2. Perdão aceito	869
45.6.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI)	870
45.6.7. Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005	871

45.6.8. Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005	872
45.6.9. Perdão judicial (inciso IX)	872
45.6.9.1. Introdução	872
45.6.9.2. Natureza jurídica	873
45.6.9.3. Aplicabilidade	874
45.6.9.4. Incomunicabilidade	874
45.6.9.5. Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	874
45.6.9.6. Distinção entre perdão judicial e escusas abso- lutórias	876
45.6.9.7. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	877
45.7. Questões	877
46. PRESCRIÇÃO	881
46.1. Introdução	881
46.2. Origem histórica	882
46.3. Conceito	882
46.4. Fundamentos	883
46.5. Natureza jurídica	884
46.6. Alocação	884
46.7. Imprescritibilidade penal	885
46.8. Diferenças entre prescrição e decadência	887
46.9. Espécies de prescrição	887
46.9.1. Introdução	887
46.9.2. Efeitos da prescrição e competência para sua declaração ...	888
46.10. Prescrição da pena privativa de liberdade	889
46.10.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal	889
46.10.1.1. Dispositivo legal	889
46.10.1.2. Fundamento	890
46.10.1.3. Cálculo	890
46.10.1.4. Termo inicial	895
46.10.1.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências	897
46.10.1.6. Causas interruptivas	897
46.10.1.7. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	901

46.10.1.8. Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares	902
46.10.1.9. Causas impeditivas	902
46.10.1.10. Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal	904
46.10.1.11. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal	904
46.10.2. Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente ..	905
46.10.2.1. Conceito	905
46.10.2.2. Cálculo	905
46.10.2.3. Termo inicial	906
46.10.2.4. Motivos para sua ocorrência	906
46.10.2.5. Momento adequado para o seu reconhecimento	907
46.10.2.6. Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação	907
46.10.3. Prescrição retroativa	907
46.10.3.1. Origem	907
46.10.3.2. Cálculo	908
46.10.3.3. Termo inicial	909
46.10.3.4. Momento adequado para o seu reconhecimento	911
46.10.4. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação	912
46.10.4.1. Conceito	912
46.10.4.2. Forma de contagem	912
46.10.4.3. Termo inicial	913
46.10.4.4. Causas interruptivas	914
46.10.4.5. Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	915
46.10.4.6. Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória	916
46.10.4.7. Prescrição da pretensão executória e indulto	916
46.10.5. Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva	916
46.11. Prescrição das penas restritivas de direitos	919
46.12. Prescrição e detração penal	920
46.13. Prescrição das medidas de segurança	921
46.14. Prescrição e absorção de penas	922

46.15. Prescrição no concurso de crimes	922
46.16. Prescrição da pena de multa	924
46.17. Prescrição na legislação penal especial	925
46.17.1. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006	925
46.17.2. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969	926
46.17.3. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente	926
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar	926
46.19. Questões	927
BIBLIOGRAFIA	931
GABARITOS	943

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.